



## ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Gabriel Emanuel Leite de Lima<sup>1</sup>  
Emerson Ribeiro<sup>2</sup>

### RESUMO

Os surdos “durante os diversos períodos da história foram colocados à margem do mundo econômico, social, cultural, educacional e político, sendo considerados como deficientes e incapazes desapropriados de seus direitos e da possibilidade de escolhas” (MESERLIAN; VITALIANO, 2009, p. 1). Portanto, o presente estudo busca fazer uma análise da trajetória histórica da educação dos surdos, tendo em vista compreender as transformações educacionais pelas quais passaram esta comunidade. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico sobre a história da educação dos surdos em livros, periódicos, dissertações e teses da área especializada, bem como sua análise crítica e a produção de novos conhecimentos. Logo, fica evidente que ao analisar a trajetória histórica da educação dos surdos, torna-se de fundamental importância que todos os setores da sociedade bem como a comunidade escolar conheçam o processo histórico vivenciado pelas pessoas surdas, para que possam construir práticas sociais e pedagógicas, pautadas na reflexão para que não se repitam no futuro os erros do passado e seus equívocos.

**Palavras-chave:** História, Educação, Surdos.

### INTRODUÇÃO

A educação dos surdos só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla que abranja a sua história e que mostre quais as fundamentações teóricas, filosóficas e ideológicas que a embasaram.

A história da educação dos surdos é marcada “por lutas e conquistas, sendo a mais importante delas, a superação do paradigma de incapacidade da pessoa surda evidenciando que por meio de sua língua adquire o conhecimento científico, tornando-se um cidadão ativo na sociedade” (CANTELLE, 2014, p. 1).

O presente trabalho trata da educação dos surdos, sendo necessário compreender a trajetória histórica desses “sujeitos numa perspectiva mais ampla destacando as fundamentações teóricas, filosóficas, políticas e ideológicas que influenciaram” seu processo educacional, “bem como os métodos que foram e ainda são utilizados para escolarização desses sujeitos, passando pela antiguidade até chegar aos dias atuais, salientando a importância da Língua de Sinais nesse processo” (CANTELLE, 2014, p. 1).

<sup>1</sup> Mestrando em Educação pelo Programa de Mestrado Profissional em Educação – MPEDU, da Universidade Regional do Cariri - URCA, [gabrielemanuel1995@hotmail.com](mailto:gabrielemanuel1995@hotmail.com);

<sup>2</sup> (Orientador) Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo – USP, Professor adjunto da Universidade Regional do Cariri URCA/CE e do Mestrado Profissional em Educação. [emerson.ribeiro@urca.br](mailto:emerson.ribeiro@urca.br).



## **METODOLOGIA**

A pesquisa realizada para a construção do presente estudo contemplou, inicialmente, uma abordagem qualitativa, descrevendo os principais métodos utilizados na educação dos surdos no mundo e no Brasil.

A coleta de dados, por sua vez, ocorreu de forma documental, pois se analisou, nos mais diferentes referenciais teóricos, através de um levantamento bibliográfico, os acontecimentos e fatos históricos que apresentassem o tema em questão: história da educação dos surdos.

Realizamos um levantamento bibliográfico sobre a história da educação dos surdos em livros, periódicos, dissertações e teses da área especializada, bem como sua análise crítica e a produção de novos conhecimentos, utilizamos alguns teóricos como: Andrade (2013); Albres (2005); Brito (2012); Dias (2013); Meserlian; Vitaliano (2009); Silva (2003) e Solsa (2019).

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

### **Os surdos da Antiguidade à Idade Média**

Muitas foram às dificuldades enfrentadas pelos surdos ao longo da história, desde a Antiguidade até os dias atuais. Podemos identificar que na Antiguidade, a cultura religiosa tinha como características a presença de vários deuses, que conduzia todas as classes sociais a obedecer e aceitar o sistema econômico e social vigente. “Os surdos eram adorados como deuses, pois acreditavam que eles transmitiam mensagens secretas dos deuses ao Faraó, que eram repassadas ao povo” (ANDRADE, 2013, p. 5).

Andrade destaque que

Na Antiga Palestina no ano 1000 a. C. surgem as primeiras referências aos surdos na História Judicial, com a Lei Hebraica (Talmude), na qual se diferenciavam os surdos e mudos: os que são só surdos e, os que são só mudos. Nesta lei haviam restrições específicas, relacionadas à posse de propriedade e ao casamento. Por um lado, elas protegiam os surdos de ser “amaldiçoados”, mas, por outro lado, impediam-nos de participar dos rituais judaicos. Na Grécia antiga, os surdos eram considerados incompetentes, pois acreditava-se que o pensamento só se desenvolvia com linguagem e, só através da fala era que a linguagem seria a florada. Os deficientes auditivos foram considerados pessoas sem direitos já que teoricamente, não tinham



utilidade para a sociedade. Dessa forma, eram condenados à morte, ou excluídos, assim como os doentes e os deficientes mentais (ANDRADE, 2013, p. 5).

Nesta perspectiva, podemos perceber “o papel hegemônico dado à palavra enquanto característica própria do ser humano influencia a cristalização da ideia de que sem a palavra oral o indivíduo não se constitui como ser humano” (SILVA, 2003, p. 24).

Desta forma, desenvolve-se a partir daí as primeiras perspectivas da filosofia oralista na Antiguidade tomando como pressuposto que o surdo não se comunicava por meio da fala não poderia este constituir como ser humano.

Na Antiguidade Clássica, tanto na Grécia como em Roma, os surdos eram considerados incapazes, imperfeitos e indignos de pertencer à sociedade, sendo assim privados dos seus direitos (DIAS, 2013). Pois a condição de ser humano pressupunha o domínio da linguagem expressa pela fala.

Assim, ao considera o surdo como um não humano, pelo fato de não desenvolver estruturas de pensamento, como já enfatizava Aristóteles, em 355 a. C., que defendia que os surdos eram incapazes de raciocinar. “Trouxe consequências na própria construção da histórica da percepção do sujeito surdo pelo o ouvinte como pessoa incapaz de desenvolver pensamento abstrato e todo um conjunto de características que se cristalizaram como próprios das pessoas surdas” (SILVA, 2003, p. 25).

Os romanos foram influenciados pelos gregos. Assim sua posição em relação aos surdos era idêntica. “Os romanos proibiam aos surdos de gozarem dos mesmos direitos que os ouvintes como, por exemplo, o direito de receber herança e constituir família” (SILVA, 2003, p. 25), bem como, “[...] não podiam possuir propriedades, terras, celebrar contratos, nem títulos, as heranças eram passadas para seus parentes mais próximos. No entanto, os surdos que falavam tinham direitos legais, podiam ter propriedades, casar e redigir testamentos” (ANDRADE, 2013, p. 6).

Na Idade Média a perspectiva religiosa ganhou evidência sobre todas as instâncias sociais, sobre tudo, após a queda do Império Romano. “[...] O Feudalismo prevaleceu e desenvolveu-se o Monarquismo (ou a vida monástica). O fator de união da Europa foi à doutrina da Igreja Católica” (ANDRADE, 2013, p. 6). Esta defendia veementemente que a alma do surdo não era imortal, pois a sua condição não permitia que eles pronunciassem os sacramentos, que para Silva



A ideia de que os sacramentos e a salvação da alma só poderiam ocorrer mediante o uso da fala, possibilitou, por parte da Igreja, investir na educação de surdos. Além da questão religiosa, também os aspectos jurídicos de proibição dos surdos receberem herança e gerenciarem suas vidas contribuíram para que educadores procurassem desenvolver propostas educacionais com a utilização ou não da língua de sinais, para que os surdos desenvolvessem a fala garantindo sua humanidade e acesso aos direitos políticos e sociais (SILVA, 2003, p. 25).

## Os surdos na Idade Moderna e Contemporânea

Em meados do século XIV, desenvolve-se um importante movimento de ordem artística, cultural e científica denominado Renascimento, que se deflagrou na passagem da Idade Média para a Moderna (SOUSA, 2019). Sendo um período de grandes transformações que trouxeram algumas dúvidas perante aos valores difundidos pelo “Cristianismo, ocorreram crises religiosas, filosóficas e políticas, devido a um maior conhecimento científico sobre o mundo e o cosmos” (ANDRADE, 2013, p. 6).

É importante destacar, que a partir dessas transformações surgiram alguns pensadores que merecem destaque, por se interessaram pela questão da surdez, com ênfase para educação de surdos. O advogado e escritor italiano Bartolo Della Marca d’Ancona no século XIV, foi o primeiro a afirmar sobre a possibilidade de o surdo aprender através da língua gestual (SILVA, 2003). No século XVI, o médico, matemático e filósofo italiano Girolamo Cardano, afirmava que os surdos podiam e deviam receber instrução (ANDRADE, 2013).

Destaque especial deve ser dado ao primeiro professor de surdos, Pedro Ponce de León (1520-1584) que segundo Andrade

[...] foi o fundador de uma escola para deficientes auditivos em San Salvador Monastério, Madrid. Ensinava-os a falar, ler, escrever, rezar e conhecer as doutrinas do cristianismo. León educava os surdos de famílias nobres preocupadas com os bens que possuíam, pois não podiam herdar a fortuna da família caso não falassem. Contrariou a ideia de que os surdos não podiam aprender porque tinham lesões cerebrais e afirmou que estes possuíam faculdades intelectuais. Desenvolveu um alfabeto manual que auxiliava os surdos a soletrar as palavras (ANDRADE, 2013, p. 7).

Nesta perspectiva, surgiram interesses de muitos educadores pelo trabalho de Pedro Ponce de León, destacando-se: o espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1629), que desenvolveu o método no qual cada som deveria ser representado por uma forma visível invariável: o alfabeto manual. Mais tarde o inglês Jonh Wallis (1616-1703), dedicou-se à matemática e a surdez, sendo que em 1698 escreve o primeiro livro inglês sobre a educação de surdos.



Destaca-se, também, o médico suíço Konrad Amman (1669-1724) que também foi influenciado por Bonet, porém dava ênfase em sua análise para leitura labial como principal técnica para o desenvolvimento do pensamento (ANDRADE, 2013).

Porém, esses autores consideravam como elemento fundamental para a constituição de humanidade dos surdos a oralização. Embora todos eles utilizassem sinais para atingir este objetivo como ressalta Silva

[...] os sinais eram utilizados com fins de desenvolvimento da fala. Pensando na perspectiva do desenvolvimento do processo histórico, percebe-se que até hoje há propostas pedagógicas que continuam utilizando a língua de sinais apenas como meio para atingir a oralização (SILVA, 2003, p. 27).

Outro educador de grande relevância na educação de surdos foi o francês Charles Michel de L'Épée (1712- 1789), que utilizava a língua gestual para ensinar a escrita aos surdos. Criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, que foi a primeira escola para deficientes auditivos no mundo.

Segundo Andrade (2013) outros educadores se dedicaram assim como Charles Michel de L'Épée a educação de surdos, utilizando do alfabeto manual para o ensino da fala, como por exemplo: Jacob Rodrigues Pereira (1715- 1780), Thomas Braidwood (1715- 1806) Samuel Heinicke, (1727- 1790), entre outros.

Na Contemporaneidade marcada por grandes mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais, com ênfase neste último, sobretudo aquelas referentes aos surdos. A eficácia das propostas oralistas começou a ser questionada, aumentando os adeptos a língua de sinais.

A pós a morte de Charles Michel de L'Épée, em 1789, a divergência entre aqueles que defendiam a língua de sinais e os que defendiam a língua oral retomam com mais força, de modo especial neste último. “O Oralismo, neste momento histórico, toma um novo paradigma em relação à surdez. Antes a discussão sobre a surdez tinha um cunho filosófico, religioso e social. [...] agora passa a ser encarada como doença mediante a influência das ideias do filósofo Condillac” (SILVA, 2003, p. 29).

Ressalta Andrade que na

[...] metade do século XIX, a educação de Surdos encontrava-se numa rivalidade entre métodos oralistas e os métodos baseados na língua gestual. Os educadores oralistas possuíam como objetivo fazer com que os Surdos parecessem o mais possível com os ouvintes, considerando a surdez uma doença e que deveria ser tratado através da medicina. No entanto, outros educadores reconheciam que existia uma língua dentro das comunidades de



Surdos e que essa língua era a gestual, devendo ser utilizada na educação de seus integrantes (ANDRADE, 2013, p. 10).

O método conhecido como oralismo baseado na perspectiva clínica da surdez, com o tempo foi sendo questionado pela comunidade surda, que começou a se organizar através de associações, como também em instituições a fim de reivindicar os seus direitos enquanto comunidade. Destacam-se, a primeira Associação Real para ajudar os Surdos criada em 1841 na Inglaterra, e algumas décadas depois em 1880 a Associação Nacional de Surdos nos Estados Unidos da América.

Com o Congresso Internacional de Milão que ocorreu 1880, a educação dos surdos tomou novos caminhos. “Um grupo de ouvintes, educadores de Surdos, decidiu excluir a língua gestual do ensino e impôs o ensino da fala. [...] os Surdos ficaram privados, cerca de cem anos, de aprender na sua língua natural” (ANDRADE, 2013, p. 10).

Destaca Silva que

Das resoluções do Congresso merece destaque a determinação de que o método de articulação deveria ter prioridade sobre o uso de sinais e que o método oral puro deveria ser preferido do que o método combinado (uso da fala e de sinais), pois os sinais eram considerados prejudiciais ao ensino da fala. Em muitas escolas o uso de sinais foi proibido e os professores surdos demitidos (SILVA, 2003, p. 38).

Desta maneira fica evidente o retrocesso na educação dos surdos neste período. Segundo Dias (2013, p. 92), “com o passar do tempo, percebe-se que o oralismo não atinge os efeitos esperados com relação à fala [...] As ideias quanto à incapacidade do Surdo se alteram e surgem, ainda, novos procedimentos para a educação desses indivíduos”.

Dentre estes novos métodos destacam-se: a Comunicação Total e o Bilinguismo. Silva (2003, p. 41) ou citar Brito (1993), considera que “[...] a Comunicação Total, na realidade seria um Oralismo disfarçado na medida em que a ênfase maior de comunicação repousa sobre a língua oral [...]”. Em oposição a esta, o Bilinguismo “[...] tem como pressuposto básico que o Surdo deve ser bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos Surdos e, como segunda língua, a língua oficial do país” (GOLDFELD, 2002 *apud* BRITO, 2012, p. 9).

Nesta perspectiva Silva aponta que

Nos finais dos anos de 1970, alguns países passam a defender a utilização da língua de sinais independente da língua oral. Em 1981, o Parlamento Sueco



reconhece oficialmente a Língua de Sinais Sueca determinando também que os surdos profundos deveriam ser bilíngues dominando fluentemente tanto a língua de sinais como a língua majoritária na qual estão inseridos. A Suécia tornou-se o primeiro país a desenvolver uma proposta governamental de implantação de uma educação Bilíngue para surdos, sendo seguida pela Dinamarca. Venezuela e Uruguai adotaram políticas oficiais de abordagem Bilíngue (SILVA, 2003, p. 44-45).

## **A História da Educação de Surdos no Brasil**

“A educação dos surdos só pode ser compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla que abranja a sua história e que mostre quais as fundamentações teóricas, filosóficas e ideológicas que a embasaram” (ALBRES, 2005, p. 19). Desta forma, para compreendermos a educação dos surdos no Brasil, temos que retornar “[...] as posições de ideias entre campos de forças ouvintistas e bilíngues, bem como campos de forças híbridos decorrentes da influência das duas propostas citadas e das abordagens educacionais delas derivadas [...]” (SILVA, 2003, p. 46).

No Brasil a história da educação dos surdos teve seu início na segunda metade do século XIX, quando foi criado pelo imperador D. Pedro II, o Imperial Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos – IISM. Dois anos antes de ser fundado, o imperador trouxe o professor Francês Hernest Hut com o objetivo de lecionar para crianças surdas; o mesmo esteve à frente do instituto. Atualmente este recebe o nome de Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES, responsável por desenvolver “[...] conhecimentos científicos e tecnológicos na área da surdez em todo o território nacional, bem como subsidiar a Política Nacional de Educação, na perspectiva de promover e assegurar o desenvolvimento global da pessoa Surda, sua plena socialização e o respeito às suas diferenças” (INES, 2001, p. 2).

Enfatiza Albres que

No IISM, o currículo escolar era o corrente nas escolas, ensino primário e ginásial, em sala composta por seis alunos. Destaque-se que, com os métodos especiais para obtenção da consciência da linguagem e do ritmo da fala, eram necessários, no mínimo, oito anos de educação. Havia, ainda, uma série de atividades extracurriculares, como as oficinas preparatórias para o mercado de trabalho, nas áreas de mecânica, alfaiataria, tornearia, carpintaria, artes gráficas. Algumas décadas após a fundação do IISM, quando as meninas já podiam fazer parte do alunado, havia as opções de costura, bordado, tapeçaria e trabalhos de arte (STEVENS, 1968 *apud* ALBRES, 2005, p. 22).



Desta forma, podemos perceber que a educação de surdos que era desenvolvida no Imperial Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos – IISM, tinha como objetivo a correção do defeito do surdo, o ensino de valores morais, bem como prepara-los para o mercado de trabalho.

Segundo Andrade (2013, p. 11) “no final do século XIX, a educação brasileira sofria forte influência da Europa, inclusive devido às decisões tomadas no Congresso de Milão (1880) firmou-se o oralismo como principal método no ensino dos Surdos”. O Imperial Instituto Nacional de Educação de Surdos-Mudos – IISM, a principal instituição responsável pela educação de surdos no país, também seguiu as mesmas ideias acordadas no Congresso.

Em 1957, o IISM passa a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, através da Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957. Os altos custos do Estado em enviar surdos de todas as partes do território nacional para o INES, acabou influenciando a criação de outros institutos de educação de surdos no país, como podemos evidenciar partir da década de 1960, “[...] com a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e do Instituto Pestalozzi, em outras regiões do país. [...] Posteriormente, foram criadas diretorias de educação especial vinculadas à secretaria de educação de cada estado e, conseqüentemente, escolas especiais para surdos” (ALBRES, 2005, p. 28).

Apesar dos estudos sobre a língua de sinais, de seu reconhecimento científico como língua, na metade do século XX a corrente conhecida como Oralista acabou sendo incorporada na educação de surdos. Segundo Albres (2005) a partir da publicação 1979 do MEC, onde assumia “[...] como proposta de ensino no Brasil, o Oralismo, justificando o uso exclusivo da língua oral e escrita, com objetivo de preparação do educando para a participação efetiva na sociedade, e considera ser a abordagem multissensorial a mais indicada para realidade brasileira” (ALBRES, 2005, p. 29).

Logo, o oralismo foi visto como a melhor opção para desenvolver as habilidades de fala, leitura orofacial e escrita para que o aluno seja integrado socialmente. A Língua de Sinais, nesse período, no Brasil, foi alvo de várias críticas, considerada assim perigosa ao desenvolvimento da escrita. Porém, a filosofia oralista também recebeu duras críticas neste período, mas, com discurso oficial, prevalece o oralismo, no Brasil.

No final da década de 1970 e início 1980, começa se desenvolver a abordagem da Comunicação Total, em algumas escolas, colocando novamente em discussão os meios de comunicação viso-manuais na educação de surdos.



No ano de 1977 foi criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – FENEIDA, formada apenas por ouvintes. Na década de 1980 a criação da Federação Nacional e Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, substituiu a antiga FENEIDA.

Neste momento começa destaca-se as pesquisas sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, tendo como principal pesquisadora a professora Lucinda Ferreira Brito, desta forma, começa a ganhar força no país à filosofia conhecida como Bilinguismo (ANDRADE, 2013).

Assim, as pessoas surdas e os seus respectivos movimentos sociais começam a reivindicar o uso da Língua de Sinais nos diversos âmbitos da sociedade. Logo, os estudos sobre Língua de Sinais são desenvolvidos no país e, com destaque aos alguns eventos regionais e nacionais na área da educação que começaram a incluir e seus GTs as discursões em torno da linguagem e surdez. (ALBRES, 2005).

Porém, se evidenciou neste momento o desenvolvimento de outra abordagem educacional conhecida como Comunicação Total, na qual tinha como objetivo “[...] fornecer à criança a possibilidade de desenvolver uma comunicação real com seus familiares, professores e coetâneos. [...] A oralização não é o principal objetivo da comunicação total, mas uma das áreas trabalhadas para possibilitar a integração social do indivíduo surdo” (ANDRADE, 2013, p. 12).

O método da Comunicação Total ao utilizar várias metodologias, como a própria língua de sinais, ainda preservava conceitos metodológicos do oralismo. Logo, este método foi considerado insuficiente no processo de ensino e aprendizagem dos surdos, pois, como afirma Quadros (1997), esta proposta de ensino “é um sistema artificial considerado inadequado, tendo em vista que desconsidera a língua de sinais e sua riqueza estrutural e acaba por desestruturar também o português” (QUADROS, 1997 *apud* BRITO, 2012, p. 8).

No início da década de 1990 ganha força novamente a filosofia conhecido como Bilinguismo, este “defende a necessidade de integração do Surdo na sociedade como cidadão atuante, ciente dos seus direitos e cumpridor de seus deveres, e baseia-se na acessibilidade da Língua de Sinais e do português para os mesmos” (BRITO, 2012, p. 8).

Esta filosofia trouxe uma nova perspectiva para o processo de ensino e aprendizagem dos surdos, pois, ao dar ênfase para a língua de sinais que se constitui como a língua materna e natural dos Surdos, valorizando sua base visuo-espacial. Esta foi regulamentada como língua oficial no ensino para os surdos no Brasil através da Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, que em seu artigo primeiro destaca que:



**Art. 1º** É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

**Parágrafo único.** Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas Surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

O biligüismo tem como presuposto dar condições para as crianças surdas se desenvolverem a partir da sua língua natural, posteriormente, na língua oficial do país. Para Carnio, Couto e Lichtig (2000) “o bilingüismo não se resume somente na aquisição de duas línguas, sendo uma língua de sinais e outra Língua Portuguesa oral e/ou escrita. É uma mudança filosófica de postura política, cultural, social e educacional” (CARNIO; COUTO; LICHTIG, 2000 *apud* ALBRES, 2005, p. 39).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao olharmos para trajetória da educação dos surdos é indiscutível a rejeição da condição especial do surdo, que culmina na sua exclusão da sociedade. Brito (2012) ao citar Skilar (1998) pensando nestas errôneas práticas sociais, considera que “o nosso problema, em consequência, não é a surdez, não são as identidades surdas, não é língua de sinais, mas, sim, as representações dominantes, hegemônicas e ‘ouvintistas’ sobre as identidades surdas, a língua de sinais, a surdez e os Surdos” (SKILAR, 1998 *apud* BRITO, 2012, p. 10).

Os surdos “durante os diversos períodos da história foram colocados à margem do mundo econômico, social, cultural, educacional e político; sendo considerados como deficientes e incapazes consequentemente desapropriados de seus direitos e da possibilidade de escolhas” (MESERLIAN; VITALIANO, 2009 p. 1).

A primeira experiência educacional com surdos foi desenvolvida pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584), sendo reconhecido como o primeiro professor de surdos, ao desenvolver um alfabeto manual que auxiliava os mesmos a soletrar as palavras.

Neste período, surge a concepção da possibilidade de aprendizagem do surdo, no entanto, os procedimentos metodológicos utilizados seguiam os parâmetros da língua dos ouvintes, ou seja, havia a tentativa de ensinar os surdos a falar e/ou se comunicar por meio da escrita (MESERLIAN; VITALIANO, 2009).



No século XVIII o abade Charles Michel de L'Épée (1712- 1789), destacou-se, por utilizar a língua gestual para ensinar à escrita. Criou o Instituto Nacional de Surdos-Mudos em Paris, que foi a primeira escola para deficientes auditivos no mundo (ANDRADE, 2013). Em 1880, ocorreu o Congresso Internacional de Milão que marcou a história dos deficientes auditivos; ficou decidido, então, que a língua gestual seria excluída, impondo assim o ensino da fala.

O final do século XIX até a metade do século XX foi marcado por três filosofias aplicadas à educação dos surdos, tais como: Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo (LACERDA, 1998). Esta última filosofia destacou-se pela sua importância em resgatar o direito de expressão das pessoas surdas.

Portanto, fica evidente que ao analisar a trajetória histórica da educação dos surdos, torna-se fundamental que os acadêmicos ainda em formação, bem como aqueles que já se encontram na profissão conheçam os processos históricos vivenciados pelas pessoas surdas, para que possam construir práticas pedagógicas, pautadas na inclusão, atendendo assim as necessidades educacionais desses alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho apresentou um panorama histórico da educação dos surdos, dando ênfase para as metodologias utilizadas na educação destes no mundo e no Brasil desde Antiguidade até os dias atuais, enfatizando-se “as, vantagens e desvantagens para a escolarização dos alunos surdos, bem como as diferentes metodologias educacionais empregadas ao longo dos anos. Desta forma, também compreendemos o surdo em suas particularidades, sua língua e conseqüentemente a sua vida em sociedade atrelada ao processo de inclusão” (KALATAI, 2012, p. 12).

Cada filosofia analisada representou em seu momento histórico avanços e retrocessos na educação dos alunos surdos. Muitas vezes, a língua espaço-visual não foi aceita, pois nela está a essência da diferença. Os estudos sobre a Língua de Sinais têm contribuído para formar o status linguístico dessa modalidade de estudo, conseqüentemente, cresce o orgulho e reconhecimento dos surdos sobre sua própria língua, havendo uma abertura à sociedade para que a aprendam.



## REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **A educação de alunos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS, 2005.

ANDRADE, Sarah. **A educação geográfica de estudantes surdos em uma escola polo da Grande Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, 13 de novembro de 2013.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso: dezembro de 2019.

BRASIL, O Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. **Relatório de gestão exercício de 2000.** Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 2001.

BRITO, Raiane Gonçalves Silva. **Ensino de Geografia e educação de surdos: desafios e possibilidades.** Campina Grande – PB, 2012.

CANTELE, G. . **A Inclusão de Alunos Surdos: Revisando Legislação e Conceitos.** Revista Científica Eficaz Educação online, Maringá, 10 fev. 2014.

DIAS, Elayne Cristina Rocha. **Ensino de geografia para o deficiente auditivo: estudo de caso da unidade escolar Matias Olímpio de Teresina – Piauí. Form@re.** Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica / Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 1, n. 1, p. 80-106, jul. / dez. 2013.

KALATAI, Patrícia. **As principais metodologias utilizadas na educação dos surdos no Brasil.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual do Centro-Oeste de Irati, 2012.

LACERDA, Cristina B.F. de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Cad. CEDES vol.19 n.46 Campinas Sept. 1998.

MESERLIAN, K. T. ; VITALIANO, C. R. . **Análise sobre a trajetória da educação dos surdos..** In: IX Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e no III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia - ESBPp, 2009, Curitiba: CHAMPAGNAT, 2009. v. 1. p. 1-8.

SILVA, R. R. **A educação do surdo: minha experiência de professora itinerante da Rede Municipal de Ensino de Campinas.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Renascimento"; Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/renascimento.htm>. Acesso em 01 de dezembro de 2019.